



CÓD: OP-141DZ-23
7908403546695

POÇOS DE CALDAS-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nível: Ensino Fundamental Completo
Cargos: Operador de Rádio do Samu e
Telefonista Auxiliar de Regulação Médica
do Samu

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

Português

| | |
|--|----|
| 1. Interpretação e compreensão de Texto (informativo, jornalístico ou literário) | 5 |
| 2. Classes Gramaticais: reconhecimento e flexão dos substantivos, adjetivos pronomes e verbos e regulares | 5 |
| 3. Ortografia: emprego das letras. Ordem alfabética, divisão silábica, classificação quanto ao número de sílabas | 12 |
| 4. Sinônimo e antônimo | 13 |

Matemática

| | |
|--|----|
| 1. As quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Noções de conjuntos | 43 |
| 2. Sequências lógicas | 49 |
| 3. Número e numeração. | 50 |
| 4. Operações com números racionais (frações) | 51 |
| 5. Porcentagem e juros simples | 51 |
| 6. Regra de Três simples | 54 |
| 7. Problemas contextualizados | 55 |
| 8. Unidades de medida de comprimento, volume, capacidade e de tempo | 59 |

Conhecimentos Gerais

| | |
|--|-----|
| 1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Brasil e do Mundo ocorridos nos anos de 2018 a 2023 divulgados na mídia nacional e internacional. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Notícias em geral da atualidade | 81 |
| 2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. | 81 |
| 3. Noções de cidadania | 142 |
| 4. Símbolos nacionais, estaduais e municipais | 143 |
| 5. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho | 144 |

As estradas da globalização

Nos últimos anos, o Brasil tem realizado um enorme esforço para aumentar sua participação no comércio internacional. Entretanto, o predomínio das rodovias e a precária integração entre os diferentes modos de transportes geram elevados custos de deslocamento, que dificultam a chegada dos produtos brasileiros aos mercados externos. Por isso mesmo, uma parcela significativa do orçamento e das obras previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2007, está voltado para o setor. Essas obras destinam-se a configurar uma nova estrutura em “bacia de drenagem”, por meio de empreendimentos ferroviários e hidroviários. A perspectiva do Plano Nacional de Logística e Transporte (PNTL), do Ministério dos Transportes, é alcançar em 2015 o equilíbrio entre os três sistemas, com a seguinte repartição: rodoviário, 33%; hidroviário, 29%.



Obras do PAC na BR-101 no município de Goianinha - RN

Alguns dos principais empreendimentos destinam-se a facilitar o escoamento da agropecuária modernizada do Centro-Oeste, na Amazônia meridional e no leste do Pará. O centro e o sul do Mato Grosso do Sul já estão conectados aos portos de Santos e Paraguá por meio das ferrovias Noroeste do Brasil, Novoeste e Ferropar. Os trilhos da Ferronorte alcançaram a porção setentrional do Mato Grosso do Sul e, numa segunda etapa, devem atingir Cuiabá e Porto Velho. O ramal ferroviário Cuiabá-Santarém é um projeto de longo prazo, mas o trecho paraense da rodovia que liga essas duas cidades estão sendo asfaltado.

A conclusão da segunda etapa da Ferronorte representará uma dupla conexão das áreas agrícolas do oeste do Mato Grosso e de Rondônia. Ao sul, a produção será escoada pelos portos de São Paulo e do Paraná, ou através da Hidrovia do Rio Paraná, rumo à Argentina. Ao norte, seguirá pela Hidrovia do Madeira até chegar ao Rio Amazonas, de onde seguirá para o oceano. A estrada de ferro também servirá para aliviar o fluxo que passa pela BR-364.



Ferrovia Ferronorte

A Ferrovia Norte-Sul destina-se a escoar a produção agropecuária de uma vasta área que se estende pelo oeste baiano, Goiás, Tocantins e nordeste de Mato Grosso. A estrada de ferro está conectada às rodovias e ferrovias do Sudeste. Do outro lado, tanto a ferrovia quanto a hidrovia projetada interligam-se à Estrada de Ferro Carajás, que transporta minérios e grãos para o porto de Itaqui, no Maranhão. O novo eixo ferroviário em construção tende a reduzir o transporte de cargas pela BR-153.



Ferrovia Norte-Sul

Os investimentos não estão ocorrendo apenas no ramo ferroviário. Desde 2007, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) está preparando uma espécie de “PAC das hidrovias”, que prevê investimentos de até R\$ 18 bilhões nos próximos anos.

CONHECIMENTOS GERAIS

As cargas devem ser transferidas, com eficiência e baixos custos, entre caminhões, vagões ferroviários e comboios fluviais. Isso exige a construção de terminais intermodais e terminais especializados junto às ferrovias, hidrovias e portos marítimos. Os trabalhos de ligações intermodais desenvolvem-se em todas as regiões. Um exemplo é a ligação da Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Santos, que deverá facilitar o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste.



Os portos marítimos e fluviais nos quais atracam embarcações de longo curso representam os elos principais entre o sistema nacional de transporte e o mercado mundial. Segundo o Ministério dos Transportes, existem no país 40 portos públicos, basicamente operados pelo setor privado. Do ponto de vista da movimentação de cargas, os maiores portos brasileiros são dois grandes terminais exportadores de minérios e produtos siderúrgicos: Tubarão, no Espírito Santo, e Itaqui, no Maranhão. Ambos prestam serviços para a Companhia Vale do Rio Doce (Vale), a maior empresa mineradora do país e uma das maiores do mundo.

O transporte intraurbano

As últimas décadas conheceram uma verdadeira explosão nas taxas de motorização individual. Entre os países desenvolvidos, essa taxa varia de cerca de 350 mil automóveis por mil habitantes da Dinamarca até 500 ou mais na Alemanha, Itália e nos Estados Unidos. Nos países subdesenvolvidos industrializados, ela é bem menor, em torno de 100 a 200 automóveis por mil habitantes, embora esteja crescendo em ritmo acelerado.

Nas cidades brasileiras com mais de 60 mil habitantes, por exemplo, a taxa de motorização passou de 171 veículos/mil habitantes em 2003 para 206 veículos/mil habitantes em 2007. Por isso, e apesar dos programas de redução de poluentes de veículos, a quantidade de poluentes emitidos pelos habitantes dessas cidades apresentou aumento de 2,3% no período.

A poluição atmosférica causada pelos veículos acarreta distúrbios de saúde em vastas camadas da população. A poluição sonora e os acidentes de tráfego também fazem parte da lista dos problemas gerados pelo crescimento intensivo do transporte individual.



Ar bastante poluído na cidade de São Paulo - SP

No mundo todo houve expansão da motorização individual, ao passo que o uso dos transportes públicos experimentou estagnação, ou mesmo declínio. Nas metrópoles brasileiras, carentes de adequados sistemas de transporte público, o automóvel tende a substituir os deslocamentos a pé ou em bicicletas.

Desde a década de 1960, as estratégias voltadas para reduzir a crise do tráfego urbano concentraram-se na multiplicação das obras viárias: pistas expressas, vias elevadas, viadutos, túneis, anéis periféricos. Essas estratégias, extremamente caras, desfiguram grande parte da paisagem urbana, ampliaram o espaço consumido pelas infraestruturas de circulação, deterioraram áreas residenciais, parques e praças e fracassaram: o aumento da oferta de vias de tráfego estimulou o crescimento, num ritmo ainda maior, da quantidade de veículos e das distâncias percorridas.

A falta de investimentos em transporte público, obriga a população a andar em ônibus cada vez mais lotados nas grandes cidades.

A experiência do passado recente revelou que novas infraestruturas de circulação geram seus próprios congestionamentos. Assim, surgiram propostas para enfrentar o desafio do tráfego urbano que buscam combinar investimentos nos transportes de massa com restrições ativas à circulação de veículos particulares. No Brasil, as experiências de limitação do tráfego de automóveis abrangem principalmente proibições parciais de circulação, por meio de sistemas de rodízios. O automóvel, antigo ícone da liberdade de deslocamento, tornou-se símbolo das mazelas da vida urbana.

Destaque da Região Centro-Sul

Com aproximadamente de 2,2 milhões de km², cerca de 25% do território brasileiro, a região centro-sul abrange os estados da região Sul, Sudeste (exceto o norte de Minas Gerais) e Centro-Oeste, (Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Sul do Mato Grosso e de Tocantins).

É o complexo regional mais importante e o centro econômico da nação, com mais de 60% da população brasileira. Aí estão 16 das 22 áreas metropolitanas do país. É a mais dinâmica das regiões, com uma economia muito diversificada.

Apresenta a maior concentração de indústrias do país, uma rede complexa e interligada de cidades, a agropecuária mais moderna e a mais densa rede de serviços, comunicações e transportes. É onde se produz mais emprego do que todos os complexos regionais e concentra a maior quantidade dos investimentos das grandes empresas.

O Centro-Sul é o espaço da modernização e do dinamismo, embora apresente ainda estruturas tradicionais e atrasadas, acarretando desequilíbrios socioespaciais no seu espaço regional. Podemos dizer que o Centro-Sul representa o “Brasil novo”, da indústria, das grandes metrópoles, da imigração e da modernização da economia.

É a região de economia mais dinâmica do país, produzindo a maior parte do PIB. Nos setores agrário, industrial e de serviços, além de concentrar a maior parte da população. Apesar da maior dinamicidade, o centro-sul possui também as contradições típicas do desigual desenvolvimento sócioeconômico brasileiro.

População Brasileira

O Brasil é considerado um dos países de maior diversidade étnica do mundo, sua população apresenta características dos colonizadores europeus (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa), além de elementos dos imigrantes asiáticos. A construção da identidade brasileira levou séculos para se formar, sendo fruto da miscigenação (interação entre diferentes etnias) entre os povos que aqui vivem.

Além de miscigenado, o Brasil é um país populoso. De acordo com dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do país é de 190.755.799 habitantes. Essa quantidade faz do Brasil o quinto mais populoso do mundo, atrás da China, Índia, Estados Unidos da América (EUA) e Indonésia, respectivamente.

Apesar de populoso, o Brasil é um país pouco povoado, pois a densidade demográfica (população relativa) é de apenas 22,4 habitantes por quilômetro quadrado. Outro fato que merece ser destacado é a distribuição desigual da população no território nacional. Um exemplo desse processo é a comparação entre o contingente populacional do estado de São Paulo (41,2 milhões) com o da região Centro-Oeste (14 milhões).

A demografia – ou Geografia da População – é a área da ciência que se preocupa em estudar as dinâmicas e os processos populacionais. Para entender, por exemplo, a lógica atual da população brasileira é necessário, primeiramente, entender alguns conceitos básicos desse ramo do conhecimento.

População absoluta: é o índice geral da população de um determinado local, seja de um país, estado, cidade ou região. Exemplo: a população absoluta do Brasil está estimada em 180 milhões de habitantes.

Densidade demográfica: é a taxa que mede o número de pessoas em determinado espaço, geralmente medida em habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Também é chamada de população relativa.

Superpovoamento ou superpopulação: é quando o quantitativo populacional é maior do que os recursos sociais e econômicos existentes para a sua manutenção.

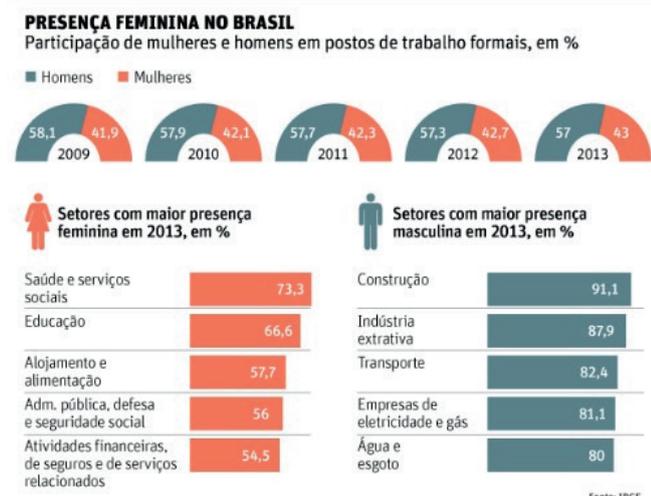
Qual a diferença entre um local, populoso, densamente povoado e superpovoado?

Um local densamente povoado é um local com muitos habitantes por metro quadrado, enquanto que um local populoso é um local com uma população muito grande em termos absolutos e um lugar superpovoado é caracterizado por não ter recursos suficientes para abastecer toda a sua população.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo mundo, apenas 46% das mulheres em idade de trabalhar buscam emprego. Na mesma faixa etária, os homens respondem por 76%.

Nos países desenvolvidos a mulher ocupa 51,6% dos postos de trabalho frente aos 68% dos homens. No Brasil, essa diferença é de 22 pontos percentuais, aumentando a brecha salarial.

Nos gráficos abaixo podemos observar a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil:



Divisão do mercado de trabalho entre mulheres e homens

Jovens

Para os jovens da chamada geração Y ou os millennials – que nasceram após 1995 – o mercado de trabalho pode ser um desafio complexo.

Os millennials se caracterizam por ter um domínio das tecnologias mais recentes, redes sociais e até programação. Possuem bom nível de inglês e um segundo idioma, fizeram pós-graduação e quem pode, viajou para o exterior.

Por outro lado, têm dificuldades em aceitar hierarquias e, por conta de sua formação, desejam começar logo em postos de comando. São menos propensos a serem fiéis à empresa e preferem empreender seu próprio negócio que buscar um emprego tradicional.

A realidade dos millennials nos países subdesenvolvidos em geral e no Brasil em particular esbarra sempre no acesso à educação formal.

Profissões mais valorizadas

Apesar de ser apenas uma estimativa, aqui estão as profissões que estão em alta e devem ser mais demandadas nos próximos anos:

- Estatística
- Analista de dados
- Médico
- Biotecnologia e Nanotecnologia
- Economia Agroindustrial
- Administração de Empresas
- Comércio Exterior
- Turismo
- Geriatria
- Design com foco em inovação

Estrutura ocupacional

Nos últimos anos o ritmo de crescimento populacional foi alterado pelas modificações das taxas de mortalidade e fecundidade. Nonato et al (2012) analisando a força de trabalho, destacam que a transição demográfica altera a quantidade da força de trabalho, pois altera a composição relativa de peso para cada grupos da população, principalmente em termos de números de adultos que constituem a PIA brasileira, e assim modificando a oferta de mão de obra do país, como será visto na seção nesta seção.

Para Camarano (2014) o Brasil estaria indo em direção à terceira fase da transição demográfica na qual a população apresenta diminuição e envelhecimento. Barbosa (2014) argumenta que a demografia brasileira nas últimas décadas vem expondo um menor ritmo de crescimento populacional e alteração de sua estrutura etária, fato que modifica população em idade ativa (PIA), assim como, modifica o mercado de trabalho.

Nonato et al (2012) observam a força de trabalho brasileira e sua disposição de quantidade e qualidade. A quantidade da força de trabalho está condicionada ao tamanho da população, número de adultos e a disposição de empregabilidade. Enquanto a qualidade da força de trabalho está condicionada ao nível educacional da população. Segundo os autores as características quantitativa e qualitativa da força de trabalho brasileira modificaram-se nas ultimas décadas por três razões centrais. A primeira diz respeito à transição demográfica e alteração da estrutura etária, que altera a composição da PIA e conseqüentemente o número de indivíduos da força de trabalho. A segunda são alterações da qualificação, especialização, ou seja, aumentos da escolaridade que são associados a maiores níveis de participação nas atividades produtivas. E a terceira refere-se à população feminina e sua participação no mercado de trabalho.

Barbosa (2014) ressalta que a parcela que representa a PIA dentro do conjunto populacional de 2012, tinha um peso próximo a 69,0% do total da população brasileira. No entanto a PIA tem crescido a taxas relativamente menores que a população com mais de 65 anos de idade, apresentando uma tendência de desaceleração do grupo entre 15 e 64 anos de idade desde 1999, em função da queda da fecundidade e com projeções para sua intensificação de queda para as próximas décadas. 27

Camarano (2014) explica que o grupo da PIA apresentou uma taxa de crescimento de 1,4% ao ano, entre 2010 e 2015, taxa considerada relativamente alta por Camarano, mas deve apresentar crescimento negativo para os períodos finais da projeção até 2050, atingindo seu máximo até 2040 com um número aproximado de 177 milhões. A desaceleração do crescimento para o grupo da PIA é projetado a partir de 2045, projeta-se também que 60,0% de sua formação sejam de indivíduos com mais de 45 anos de idade, e de 50,0% com mais de 50 anos de idade

Camarano (2014) argumenta que as taxas de participação na atividade econômica (PEA) de 2010 ficam constantes até a projeção de 2020, no entanto para a projeção de 2020- 2030 em decorrência da queda da fecundidade devem resultar em um decréscimo aproximado de 380 mil na demanda por postos de trabalho anuais. Resalta que para manter o nível de atividade da economia brasileira de 2010, entre 2030 e 2050, 400 mil novos indivíduos deverão estar dispostos a ocuparem uma vaga no mercado de trabalho brasileiro.

A autora argumenta que esses potenciais demandantes por vagas no mercado de trabalho poderiam resultar do declínio de mortalidade, aumento da participação feminina ou ainda uma postergação da saída do mercado de trabalho.

Nonato et al (2012) ressalta que os efeitos de curto prazo de diminuição da população jovem será desdobrado no médio e longo prazo em uma redução da (PIA) e inversão da pirâmide etária. E a partir de uma perspectiva do mercado de trabalho a consequência da transição demográfica resulta diretamente na composição da PIA brasileira e impactando a disponibilidade de mão de obra.

um aumento de quatro vezes. Segundo os autores o aumento na demanda tem dois motivos principais. O primeiro é em relação às conquistas da mulher no mercado de trabalho para complementação da renda familiar, sendo que a creche aparece como uma entidade que auxilia as mães trabalhadoras na conciliação do trabalho e maternidade. O segundo motivo é o benefício no ensino infantil, desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, ou seja, a relevância no processo educacional.

Várias modificações institucionais visando o ensino infantil foram realizadas pelos órgãos públicos tentando suprir a crescente demanda por vagas desse grupo etário como exemplo

Por meio da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996), as creches foram incorporadas ao sistema de educação e, posteriormente, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), recebendo recursos diretos do governo.

Outras medidas, como a Lei nº 11.114/2005 (Brasil, 2005) – que altera o Artigo 32 da LDB, determinando que o ensino fundamental, gratuito e obrigatório, passa a ter início aos 6 anos de idade e estende sua duração até os 9 anos –, a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 – que passa a incluir a pré-escola (4 a 5 anos) como etapa obrigatória do ensino básico –, e o projeto de lei (PL) que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, buscando ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos, refletem a preocupação do governo em universalizar o atendimento escolar destinado ao público infantil (BERLINGERI; SANTOS, 2014, p.449)

O cenário de transformação demográfica da população brasileira oferece importantes informações a respeito das demandas por vagas na educação infantil de creches e pré-escolas. Como já visto, a fecundidade nas últimas décadas vem decrescendo cada vez mais no cenário brasileiro, que com o passar dos anos, foi alterando a composição etária da população, modificando principalmente os dois grupos extremos, as crianças e os idosos, pois o primeiro grupo perde seu peso na composição da população enquanto o segundo amplia seu contingente. Logo, não é comum para os formuladores de políticas atenderem esse aumento de demanda presente através da expansão dos serviços de educação infantil esperando que esses investimentos não possam ficar ociosos no futuro. Assim a demanda por esses serviços são conflitantes, pois o número de crianças do grupo entre 0 e 3 anos de idade é cada vez menor, mas apesar disso, o número de família que buscam por esse serviço é cada vez maior (BERLINGERI; SANTOS, 2014).

Como visto neste capítulo, a população que compõe a PIA brasileira vem apresentando menores taxas de crescimento com projeções de máximo de sua população em 2040, e taxa de crescimento negativas para depois desse período. Além disso, vem apresentando maior grau de envelhecimento. Segundo Camarano (2014) para manter os níveis de atividade de 2010 entre 2030 e 2050 a oferta de mão obra trabalhadora deve crescer, e indica a possibilidade de incremento da participação das mulheres e aumento da permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho. Embora não elimine a tendência de diminuição da população em idade ativa, essas duas possibilidades retardam o processo.

Apesar disso, uma maior permanência nas atividades laborativas não é uma tarefa simples, pois conforme o trabalhador vai ficando mais velho tende a apresentar mais problemas relacionados à sua condição de saúde. Como visto em média ambos os sexos saem do mercado de trabalho antes da idade mínima prevista em lei para aposentadoria.

Logo a tendência de saída do mercado de trabalho pelo trabalhador brasileiro não está em concordância com as modificações demográficas que o país está passando, ou seja, o incremento em anos de vida que a população brasileira vem ganhando não está sendo repassada em aumentos em anos nas atividades econômicas.

Contudo cabe ressaltar que em conjunto de um tempo maior de trabalho o incremento da participação das mulheres nas atividades é outra possibilidade a ser explorada. Pois os níveis de atividade das mulheres brasileiras são menores comparativamente ao nível de atividade dos homens brasileiros, assim como menores, quando comparadas aos níveis de atividade das mulheres dos países da OCDE e Estados Unidos.

Barros et al (2011) observa uma relação positiva entre aumento de número de creches e aumento da participação feminina nas atividades econômicas. Berlingeri e Santos (2014) argumentam que a demanda pelo serviço de creches tem aumentando nos últimos anos, mas observa que um aumento de investimentos na ampliação deste tipo de serviço pode ficar ocioso no futuro, tendo em vista as alterações demográficas, como um número cada vez menor de nascimentos para o grupo de crianças de 0 a 3 anos que utilizam esse serviço.

Barbosa (2014) argumenta ser incerto os cenários de aumento das mulheres na atividade econômica, e mesmo se houver este incremento ainda não será o suficiente para suprir a necessidade futura de mão de obra no mercado de trabalho brasileiro, argumenta a necessidade de melhores níveis educacionais e mais políticas para permanência do trabalhador no mercado de trabalho.

Nonato et al (2012) argumenta que para reduzir a diferença entre mulheres e homens em termos de níveis de atividade do mercado de trabalho depende de modificações culturais, econômicas e sociais. Ressalta ainda que a participação feminina deve incrementar-se para os próximos anos com mais mulheres ocupando cargos e postos nos quais ainda não estão muito presentes.

Indicadores sócioeconômicos

Os indicadores sociais são dados estatísticos sobre os vários aspectos da vida de um povo que, em conjunto, retratam o estado social da nação e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

Os indicadores sociais compõem um sistema e, para que tenham sentido, é necessário que sejam observados uns em relação aos outros, como elementos de um mesmo conjunto.

A partir destes indicadores sociais, pode ser avaliada a renda *per capita*, analfabetismo (grau de instrução), condições alimentares e condições médicas-sanitárias de uma região ou país.



Ilustração de gráfico para indicadores sociais

Através destes indicadores, pode-se ainda indicar os países como sendo: *ricos* (desenvolvidos), *em desenvolvimento* (economia emergente) ou *pobres* (subdesenvolvidos). Para que isso ocorra, organismos internacionais analisam os países segundo:

“O Atlas é um instrumento de democratização da informação que pode auxiliar na melhoria da qualidade de políticas públicas”, destaca a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano no PNUD, Andréa Bolzon.

Segundo a especialista, com a plataforma “é possível perceber que a desigualdade em nível ‘intrametropolitano’ ainda persiste como realidade tanto no Sudeste quanto no Nordeste”.

“Dentro da mesma região metropolitana, por exemplo, a diferença em termos de esperança de vida ao nascer pode chegar a mais de dez anos entre uma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDHs) e outra, quer estejamos em Campinas ou em Maceió”, explica Bolzon.

As UDHs — que podem ser analisadas separadamente na plataforma — são áreas menores que bairros nos territórios mais populosos e heterogêneos, mas iguais a municípios inteiros quando estes têm população insuficiente para desagregações estatísticas.

Através do link a seguir terá acesso, sequencialmente, à plataforma online e ao atlas apontado no texto.

— Minas Gerais¹

– **Localização:** Região Sudeste da República Federativa do Brasil.

O Estado de Minas Gerais é uma das 27 unidades da República Federativa do Brasil, na América do Sul. Está localizado na região Sudeste do Brasil, juntamente com os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Seu território fica entre os paralelos 14°13'58" e 22°54'00" de latitude sul e os meridianos de 39°51'32" e 51°02'35" a oeste de Greenwich. Ocupa um fuso horário correspondente a -3 horas em relação a Greenwich.



Sem acesso direto ao mar, a ligação com o Oceano Atlântico se faz principalmente através dos estados vizinhos da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, com os quais se limita.

Uma linha divisória de 4.727 km separa Minas Gerais de seus vizinhos. O Estado faz divisa com São Paulo (sul e sudoeste), Rio de Janeiro (sudeste), Mato Grosso do Sul (oeste), Goiás e Distrito Federal (noroeste), Espírito Santo (leste) e Bahia (norte e nordeste). A distância linear entre os pontos extremos é de 986 km no sentido norte / sul e, de 1.248, no leste / oeste.

Sigla: MG

Extensão Territorial: 586.520,732 km² (IBGE 2016)

Densidade Demográfica: 33,41 habitantes por km² (IBGE, 2010)

¹ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica-0> Acesso em: 30.10.2022

As indústrias daí originárias eram de pequeno e médio portes, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais.

O predomínio da cafeicultura se alterou, gradualmente, a partir da década de 1930, com a afirmação do natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 1950, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira.

Na década de 1970, a economia mineira passou por mudanças estruturais graças a um grande volume de investimento. Nesse período, o Estado reverteu a perda de posição relativa no contexto nacional. Iniciou-se então um processo de adensamento e diversificação da sua estrutura industrial, de consolidação de novos setores industriais e de ampliação da inserção nacional e internacional da economia mineira.

Inconfidência Mineira

O movimento que inspirou a bandeira de Minas Gerais, símbolo maior do estado, surgiu com a intenção de romper as relações entre a colônia e a metrópole. O movimento reuniu proprietários rurais, intelectuais, clérigos e militares, numa conspiração que pretendia eliminar a dominação portuguesa e criar um país livre no Brasil, em 1789.

O ideal Iluminista que se difundia na Europa ao longo do século XVIII e a Independência das 13 colônias inglesas na América do Norte que, apoiadas nas ideias iluministas não só romperam com a metrópole, mas criaram uma nação soberana, republicana e federativa, influenciaram diretamente os colonos mineiros, que passaram a ansiar por liberdade.

A Inconfidência Mineira na verdade não passou de uma conspiração, onde os principais protagonistas eram elementos da elite colonial - homens ligados à exploração aurífera, à produção agrícola ou a criação de animais - sendo que vários deles estudaram na Europa e se opunham às determinações do pacto colonial, enrijecidas no século XVIII. Além destes, encontramos ainda alguns indivíduos de uma camada intermediária, como o próprio Tiradentes, filho de um pequeno proprietário que, após dedicar-se a várias atividades, seguiu a carreira militar, sendo, portanto, um dos poucos indivíduos sem posses que participaram do movimento.

Um dos mineradores contatados foi o coronel Joaquim Silvério dos Reis que, a princípio aderiu ao movimento, pois como a maioria da elite, era um devedor de impostos. No entanto, com medo de ser envolvido diretamente, resolveu delatar a conspiração. Em 15 de março de 1789 encontrou-se com o governador, Visconde de Barbacena e formalizou por escrito a denúncia de conspiração. Com o apoio das autoridades portuguesas instaladas no Rio de Janeiro, iniciou-se uma sequência de prisões, sendo Tiradentes um dos primeiros a ser feito prisioneiro na capital, onde se encontrava em busca de apoio ao movimento e alguns dias depois iniciava-se a prisão dos envolvidos na região das Gerais e uma grande devassa para apurar os delitos.

A devassa promoveu a acusação de 34 pessoas, que tiveram suas sentenças definidas em 19 de abril de 1792, com onze dos acusados condenados a morte: Tiradentes, Francisco de Paula Freire de Andrade, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Piza, Alvarenga Peixoto, Salvador do Amaral Gurgel, Domingos Barbosa, Francisco Oliveira Lopes, José Resende da Costa (pai), José Resende da Costa (filho) e Domingos de Abreu Vieira.

Desses, apenas Tiradentes foi executado, os demais tiveram a pena comutada para degredo perpétuo por D. Maria I. O Alferes foi executado em 21 de abril de 1792 no Rio de Janeiro, esquartejado, sendo as partes de seu corpo foram expostas em Minas como advertência a novas tentativas de rebelião.

Geografia de Minas Gerais³

• Bacias Hidrográficas

O Estado de Minas Gerais ficou conhecido como a “caixa d’água” brasileira, numa referência à relevância das suas bacias hidrográficas. É produtor de água em seus 58,6 milhões de hectares. As bacias que compõem a rede hidrográfica do Estado de Minas Gerais são:

| Bacia Federais | Área km ² | População Atendida | Abrangência por Municípios |
|-------------------------|----------------------|--------------------|----------------------------|
| Paraíba do Sul | 20.718 | 2.391.343 | 120 |
| Rio Alcobaça ou Itanhém | 1.511 | 125.189 | 13 |
| Rio Buranhém | 324 | 62.924 | 5 |
| Rio Doce | 71.251 | 3.978.202 | 243 |
| Rio Grande | 86.086 | 6.147.012 | 287 |
| Rio Itabapoana | 666 | 168.129 | 13 |
| Rio Itapemirim | 32 | 31.534 | 2 |
| Rio Itaúnas | 129 | 100.364 | 4 |
| Rio Jequitinhonha | 65.750 | 1.251.457 | 94 |
| Rio Jucuruçu | 715 | 130.371 | 13 |
| Rio Mucuri | 14.569 | 586.058 | 32 |
| Rio Paranaíba | 70.637 | 2.694.836 | 89 |
| Rio Pardo | 12.729 | 438.913 | 29 |
| Rio Peruíbe | 50 | 44.438 | 2 |
| Rio Piracicaba/Jaguari | 1.159 | 877.900 | 17 |
| Rio São Francisco | 234.557 | 12.368.943 | 282 |
| Rio São Mateus | 5.641 | 693.780 | 28 |

³ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>. Acesso em 30.10.2022

• **Breve descrição das principais Bacias Federais de Minas Gerais:**

- **Bacia do Rio Doce:** Está localizada a sudeste de Minas Gerais compreendendo uma área 71.250,50 km² no Estado de MG, abrangendo 243 municípios e uma População atendida de: 3.978.202 habitantes.
- **Bacia do Rio Grande:** Pertence à bacia brasileira do rio Paraná. Possui uma área total em Minas de 86.086,40 km², abrangendo 287 municípios e uma População atendida de: 6.147.012 habitantes.
- **Bacia do Rio Jequitinhonha:** Abrange grande parte do nordeste do Estado e uma pequena parte do sudeste da Bahia. Em Minas, totaliza uma área 65.750,20 km², abrangendo 94 municípios e uma População atendida de: 1.251.457 habitantes.
- **Bacia do Rio Mucuri:** O Mucuri é formado pela junção dos rios Mucuri do Sul, que nasce em Malacacheta, e o Mucuri do Norte, cuja nascente fica em Ladainha. A área total da abrangência da bacia no Estado é 14.569,00 km², abrangendo 32 municípios e uma População atendida de: 586.058 habitantes.
- **Bacia do Rio Paraíba do Sul:** O rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Mantiqueira e é o principal curso d'água desta bacia, cuja extensão em Minas Gerais, é de 20.717,8 km², abrangendo 120 municípios e uma População atendida de: 2.391.343 habitantes.
- **Bacia do Rio Paranaíba:** O rio Paranaíba é o principal formador do rio Paraná. Nasce na serra da Mata da Corda, município de Paranaíba. Tem aproximadamente 1.070km de curso até a junção ao rio Grande, onde ambos passam a formar o rio Paraná, no ponto que marca o encontro entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O rio Paranaíba é conhecido principalmente pela sua riqueza diamantífera e pelas grandes possibilidades hidrelétricas que apresenta. Em Minas Gerais, a bacia do Rio Paranaíba, possui uma área total de 70.637,40 km², abrangendo 89 municípios e uma População atendida de: 2.694,836 habitantes.
- **Bacia do Rio Pardo:** O rio Pardo nasce em Rio Pardo de Minas. Em Minas Gerais, esta bacia possui uma área total de 12.729,00 km², abrangendo 29 municípios e uma População atendida de: 438.913 habitantes.
- **Bacia do Rio São Francisco:** É a terceira maior bacia hidrográfica do Brasil e dentro do Estado de Minas Gerais abrange uma área de 234.557,00 km², abrangendo 282 municípios e uma População atendida de: 12.368.943 habitantes. A cabeceira do “Velho Chico”, nome popular do rio, fica na Serra da Canastra, em Minas, e a foz, no oceano Atlântico, entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

Clima, vegetação e relevo

A cobertura vegetal de Minas Gerais pode ser resumida em quatro tipos (biomas) principais: Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca. Diversos fatores, entre eles, o clima, o relevo e as bacias hidrográficas, são predominantes na constituição da variada vegetação regional.

